

COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

(Observações sobre as relações triangulares no
Comércio da Região Nordeste)

Antônio Rocha Magalhães ()*

Resumo: O trabalho apresenta uma abordagem inicial sobre o problema do Comércio e do Desenvolvimento Econômico do ponto de vista de uma Região dentro de um País. O objetivo é, numa abordagem simples, procurar evidências empíricas que, no caso do Nordeste, confirmem ou não a crença de algumas teorias de desenvolvimento regional que postulam a existência de correlação positiva entre comércio e desenvolvimento. Em particular, são discutidas algumas peculiaridades do comércio regional, levando-se em conta as relações triangulares Nordeste—Resto do País—Exterior, e até que ponto essas relações favoreceram ou dificultaram o processo de desenvolvimento da Região. Dentro dessa perspectiva, o trabalho procura, basicamente, discutir algumas contribuições de outros autores sobre o assunto, sobretudo a expressa no documento "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste", do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste — GTDN, que representa basicamente o ponto de vista de Celso Furtado. Werner Baer, em "A Industrialização e Desenvolvimento Econômico do Brasil", também discute o assunto na mesma linha do GTDN, atualizando os dados para 1960 (a série discutida pelo GTDN é 1948—56). No presente trabalho, essa série estende-se até 1975. Embora a linha básica de discussão continue sendo a do GTDN, procura-se analisar e criticar essa posição e, paralelamente, discutir a contribuição de alguns outros autores.

(*) Assessor da Superintendência do Instituto de Planejamento do IPEA (IPLAN), Brasília.

O autor agradece a José Roberto Mendonça de Barros, por comentários feitos ao presente trabalho. Assume, todavia, inteira responsabilidade pelos erros e omissões que possam ter persistido.

COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

Aspectos Macroeconômicos

Neste item serão discutidos alguns aspectos macroeconômicos da Economia do Nordeste, em comparação com o País como um todo. A Tabela I apresenta a evolução da taxa de crescimento do produto real, para o Brasil, e da taxa de crescimento da renda real, para o Nordeste, no período 1948-76. A comparação das duas séries deve levar em conta as divergências conceituais entre produto e renda. A comparação só é válida se se acredita na alta correlação que deve existir entre os dados que representam esses dois conceitos, o que, na medida em que se tenha consciência do fato, parece ser uma hipótese razoável, especialmente no longo prazo. Feita a ressalva, cabe a pergunta: a taxa de crescimento do Nordeste é correlacionada com a taxa de crescimento do Brasil? O coeficiente de correlação entre as duas séries é baixo: $R_{xy} = 0,36$. Por outro lado, a série nordestina apresenta uma variância quase 3 vezes superior à série nacional, refletindo maior instabilidade do crescimento do Nordeste, que, inclusive, apresenta taxas negativas em 4 anos. Parece não haver dúvida de que pelo menos parte dessa instabilidade pode ser devida à periódica ocorrência de crises climáticas. Sob este aspecto, é provável que os dados de crescimento do produto para a Região apresentem ainda maior instabilidade, pois é exatamente nesses períodos de crises que ocorrem as maiores transferências de renda (do Governo Federal) para o Nordeste.

Para o período como um todo, a renda interna do Nordeste cresceu menos do que a renda interna do Brasil. Com efeito, como mostram os dados da Tabela II, a participação da renda interna do Nordeste em relação à do País decresceu de 15,1% em 1948 para 13,8% em 1969. Infelizmente, não se conseguiram dados para os anos mais recentes. Contudo, a partir da Tabela I pode-se inferir que esta participação deve ter continuado caindo, uma vez que na década atual o País como um todo vem crescendo mais rápido do que o Nordeste.

A participação da renda "per capita" do Nordeste em relação à do País, no entanto, apresenta sinais de melhora, o que pode ser explicado por um crescimento mais lento da população. A participação da população total do Nordeste em relação à do Brasil decresceu de 34,6% em 1950 para 31,6% em 1960 e para 30,3% em 1970⁽¹⁾. Em 1950, a renda "per capita" do Nordeste representava 42% da do Brasil, passando para 45% em 1969. (A Tabela II mostra a evolução desse coeficiente no período 1950/69).

(1) Manual de Estatísticas Básicas do Nordeste — MEB, BNB/ETENE.

TABELA I
BRASIL E NORDESTE: ÍNDICE DE CRESCIMENTO REAL
(VARIAÇÃO ANUAL)

Ano	BRASIL Taxa de Crescimento do Produto (Y)	NORDESTE Taxa de Crescimento da Renda Interna (X)
1948	7,4	5,0
49	6,6	1,2
50	6,5	9,2
51	6,0	0,0
52	8,7	4,5
53	2,5	- 2,3
54	10,1	11,2
55	6,9	5,2
56	3,2	8,6
57	8,1	9,4
58	7,7	- 0,2
59	5,6	15,8
60	9,7	13,5
61	10,3	7,6
62	5,3	13,5
63	1,5	- 2,1
64	2,9	5,0
65	2,7	3,5
66	3,8	- 5,2
67	4,8	11,7
68	11,2	1,3
69	10,0	3,5
70	8,8	2,9
71	13,3	9,2
72	11,7	6,5
73	14,0	13,2
74	9,8	...
75	5,6	...
76	9,2	...

Fonte: BRASIL: Conj. Econ., Vol. 31 (7), julho/77; Deflator Implícito: Conj. Econ., Nov/72.

NORDESTE: 1947-69, BNB-ETENE: Manual de Estatísticas Básicas do Nordeste. Dados originais de FGV/CCN; 1970-73: SUDENE, citado por Nilson Holanda, "O Desenvolvimento do Nordeste: Desempenho Recente e Perspectivas para 1980", BNB, Fortaleza, 1974.

OBS.: $R_{xy} = 0,36$; $R^2 = 0,13$; $Y_{\text{médio}} = 11,7$; $X_{\text{médio}} = 7,3$

TABELA II

PARTICIPAÇÃO DA RENDA INTERNA DO NORDESTE

NA RENDA INTERNA DO BRASIL

Ano	Total	<i>Per Capita</i>
1939	16,71	—
1947	15,52	—
1948	15,09	—
1949	14,40	—
1950	14,65	42,42
1951	14,09	41,05
1952	13,33	39,17
1953	12,66	37,52
1954	12,99	38,84
1955	12,58	37,89
1956	13,40	40,77
1957	13,60	41,79
1958	12,98	40,25
1959	14,43	40,15
1960	14,81	46,89
1961	14,12	44,87
1962	14,98	47,79
1963	14,59	46,70
1964	15,02	48,30
1965	15,27	49,24
1966	14,30	46,34
1967	15,02	48,89
1968	14,46	47,23
1969	13,84	45,40

Fonte: BNB/ETENE, M.E.B. (Dados Originais: FGV-IBRE/CCN)

Os dados anteriores mostram que não só a Economia do Nordeste está crescendo mais lentamente do que a do País como um todo (desconsiderando-se as diferenças no crescimento da população), como os níveis de renda do Nordeste são bastante inferiores aos do resto do País como um todo. Em outras palavras, as disparidades de renda entre o Nordeste e o Resto do País tendem a agravar-se, se é que se pode confiar nos dados sob análise.

Os dados da Tabela IV parecem confirmar esse tipo de análise, se se aceita que o desenvolvimento econômico acarreta uma certa reorganização estrutural da economia de acordo com alguns padrões estabelecidos a partir da experiência de outros países e/ou regiões. Enquanto, para o Brasil como um todo, o setor secundário tem-se mostrado suficientemente dinâmico para aumentar a sua participação na renda, e o setor primário tem diminuído relativamente sua participação, para o caso do Nordeste, os dados não mostram tendência de elevação na participação do setor industrial, enquanto a participação decrescente do setor primário se tem obtido à custa de um aumento na participação do setor de serviços, que certamente se reflete no inchamento deste último setor. Daí o agravamento dos problemas do desemprego aberto e disfarçado nas áreas urbanas da Região. Há algumas indicações, no entanto, de que a participação do setor industrial tende a aumentar na década dos setenta, em parte devido ao fraco desempenho da agricultura, e em parte devido a maiores taxas de crescimento do setor industrial, que já refletem os efeitos da política de industrialização da região via incentivos fiscais (ver Tabela III).

Comércio Exterior

A Tabela V contém os dados referentes ao valor das exportações e importações do Nordeste para o exterior do País, no período 1948/75. Observe-se que, à exceção do ano de 1952 (seca no Nordeste), em todos os demais anos a balança comercial da Região com o exterior é superavitária. Grosseiramente, a soma desses superávits anuais representa US\$ 4,5 bilhões no período 1948/74, em dólares correntes.

Observa-se que, em todo esse período, o Balanço de Transações Correntes do País como um todo foi deficitário (exceto em 1955/56, 1964/66). Em outras palavras, o superávit de divisas gerado pela Região Nordestina foi utilizado pelo resto do País para cobrir parte do seu déficit em transações correntes com o Exterior (ver Tabela X).

Na verdade, os dados relativos ao Comércio do Nordeste com o Exterior do País (Tabela V) podem apresentar algum viés, provavelmente magnificando

TABELA III

NORDESTE

TAXAS SETORIAIS DE CRESCIMENTO 1969-1973

Ano	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário	Total
1969	1,3	8,4	9,7	7,1
1970	- 16,5	13,7	6,2	2,9
1971	22,3	5,0	8,1	9,2
1972	- 2,4	13,2	8,7	6,5
1973	15,2	12,8	12,0	13,2

Fonte: SUDENE

TABELA IV

BRASIL E NORDESTE

ESTRUTURA DA RENDA INTERNA

Ano	NORDESTE			BRASIL		
	SETORES					
	I	II	III	I	II	III
1939	39,3	13,6	47,1	28,5	18,8	52,7
1948	41,0	11,8	47,2	31,7	18,5	49,8
1956	37,7	13,7	48,6	27,4	21,7	50,9
1960	41,4	11,7	46,9	27,4	21,6	51,0
1969	35,8	11,5	52,7	21,5	25,5	53,0

Fonte: MEB -- BNB/ETENE

Nota: I -- Setor Primário

II -- Setor Secundário

III -- Setor Terciário

TABELA V
COMÉRCIO EXTERIOR DO NE
US\$ Milhões

Ano	X	M	Saldo
1948	198	93	+ 105
49	133	100	+ 33
50	174	87	87
51	197	166	+ 31
52	115	173	— 58
53	170	95	+ 75
54	235	87	148
55	239	86	+ 153
56	164	98	+ 66
57	212	132	+ 80
58	246	94	+ 152
59	216	79	+ 137
60	248	85	+ 163
61	263	82	+ 181
62	196	74	+ 122
63	248	80	+ 168
64	216	96	+ 120
65	203	67	+ 136
66	268	105	+ 263
67	277	119	+ 158
68	280	123	+ 157
69	415	118	+ 297
70	381	144	+ 237
71	403	210	+ 193
72	545	234	+ 311
73	730	347	+ 383
74	1.405	532	+ 873
75	1.447	—	—
TOTAL			4.584 Milhões

Fonte: 1948—56: GTDN — Uma Política para o Desenvolvimento do Nordeste, 2a. edição, SUDENE, Recife, 1967.

1957—60: W. Baer, A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil, Editora FGV, 3a., Rio de Janeiro, 1977.

1961—75: BNB—ETENE, MEB (Dados Originais: CIEF—CACEX).

o tamanho do superávit. Com efeito, os dados referem-se a importações e exportações através de portos da Região. É possível que, tanto no caso de exportações como de importações, portos de outras regiões do País tenham sido utilizados. Infelizmente, não foi possível obter qualquer indicação sobre a veracidade dessas hipóteses e, conseqüentemente, sobre a magnitude do comércio eventualmente realizado dessa forma. Pode-se arriscar a suposição de que, no caso das exportações, tratando-se basicamente de produtos primários de grande volume (cacau, cera de carnaúba, açúcar, algodão) seja mais difícil o desvio das exportações para portos de outras regiões (embora não impossível). Para outros itens da pauta de exportações isso é mais provável. No caso de importações, pode-se supor a possibilidade de que alguns itens importados pelo Nordeste possam ter desembarcado em portos de outras regiões e, daí, seguido para o Nordeste por cabotagem ou por vias internas. Isso pode ser verdadeiro, especialmente, no caso de importações de alto valor e baixo volume. No entanto, como não existem registros a esse respeito, torna-se extremamente difícil obter-se uma estimativa razoável do comércio realizado nestas condições. Talvez não seja heróico supor que o grosso de comércio com o exterior seja feito via portos da própria região. As possibilidades de erro podem ainda ser reduzidas se se supõe que, mesmo que a importação tenha ocorrido via portos de outras regiões, a operação cambial respectiva tenha sido feita na própria Região. Ter-se-ia então de comparar os dados de comércio efetivo por portos com os dados da autoridade que superintende as operações cambiais (SUMOC/CACEX). (Essa comparação, se é que tem sentido, não foi feita para o presente trabalho).

Outro tipo de viés contido na Tabela V é que estão excluídos os dados relativos a exportações e importações do Nordeste para o exterior do País e que estão embutidos nas exportações e importações do Nordeste para o resto do País. A idéia é simples: o Nordeste exporta matérias-primas para o Centro-Sul; essas matérias-primas são aí elaboradas e parte delas pode ser exportada na forma de produtos finais. Não se exclui também a hipótese de que, em alguns casos, produtos oriundos do Nordeste são simplesmente reexportados por outras regiões. Do mesmo modo se pode raciocinar para o caso de importações. O Nordeste importa máquinas, equipamentos, automóveis etc, do Centro-Sul. Embutido nessas importações existe um componente importado do exterior pelo Centro-Sul (aqui se faz referência a esse tipo de fenômeno como exportações e importações indiretas). Neste caso, embora seja virtualmente impossível calcular-se com exatidão a magnitude desse comércio, é impossível fazer uma estimativa bastante razoável, que, pelo menos, forneça uma aproximada idéia de grandeza de exportações e importações indiretas.

Para o caso das importações indiretas, pode-se obter uma estimativa através da multiplicação da matriz de coeficientes diretos e indiretos de importação da economia brasileira⁽²⁾ por um vetor de importações do Nordeste⁽³⁾, para determinado ano. Ter-se-ia apenas de compatibilizar a nomenclatura dos setores da matriz de coeficientes e do vetor de importações, assumir que a estrutura de custos das importações que o Nordeste faz do resto do País é mais ou menos igual à estrutura de custos da economia brasileira como um todo e, no caso de a matriz se referir a um ano diferente do vetor, supor que as estruturas da economia nacional e das importações da região continuam sem mudanças significativas nos anos considerados.

Uma estimativa das exportações indiretas parece ser mais complicada do que no caso das importações indiretas. Dados:

- (1) produção total do País, por setor;
- (2) exportações totais do País (exceto Nordeste), por setor;
- (3) exportações do Nordeste para o Resto do País, por Setor;

e, supondo-se:

- (4) estrutura de insumos diretos e indiretos das exportações do País para o exterior igual à estrutura de insumos diretos e indiretos da produção total dos respectivos setores da economia nacional; e
- (5) exportações do Nordeste para o resto do País são utilizadas como insumos da produção de bens a serem exportados para o exterior na mesma proporção da utilização dos insumos totais utilizados pelo País,

pode-se calcular o seguinte: (2) e (4), com o auxílio da matriz de coeficientes diretos e indiretos da Economia como um todo, fornecem uma estimativa das exportações totais, diretas e indiretas, do resto do País⁽⁴⁾. Comparando agora cada item dessas exportações (diretas e indiretas) com a oferta total desses bens no País, pode-se obter um coeficiente "b" que indica a proporção de cada bem ofertado internamente e que se destina a exportação. Utilizando (3), (5) e o coeficiente "b", pode-se estimar quanto das exportações do Nordeste para o resto do País de fato foi reexportado para o exterior, isto é, as exportações indiretas do Nordeste para o exterior.

(2) Exemplo: Tabela 9 da Matriz do IBGE – 1970.

(3) Exemplo: Importações por Vias Internas – Nordeste do Brasil (SUDENE). Deveriam ser adicionados os dados de Comércio por cabotagem.

(4) A palavra indireta aqui é utilizada no sentido de matriz inversa e não no sentido em que se tem utilizado este termo, quando referindo-se a comércio indireto do Nordeste.

Comércio Inter-regional

Com relação ao comércio com o resto do País, a Tabela VI mostra os dados referentes ao período 1948 a 1970. Tanto as exportações como as importações para o resto do País são realizadas por cabotagem ou por vias internas, especialmente por transporte rodoviário. Os dados utilizados pelo GTDN referem-se apenas a cabotagem (conforme se depreende de uma observação de Werner Baer, op. cit.). É possível que isso não acarrete problemas para as conclusões de GTDN, porque até 1956 as comunicações entre o Nordeste e o resto do País por vias internas eram assaz precárias, representando uma barreira natural ao comércio inter-regional. A partir dessa época, no entanto, as comunicações melhoraram, e o comércio por vias internas rapidamente aumentou de importância, enquanto o comércio por cabotagem acelerou o seu declínio. Dessa forma, os dados de Werner Baer para o período 1957/60, que não consideram o comércio por vias internas, já apresentam um erro bastante significativo. Com efeito, em 1960 as importações por vias internas já superavam as importações por cabotagem; por sua vez, as exportações por vias internas já representavam 50% das exportações por cabotagem, nesse ano. Essa tendência continua nos anos seguintes. Para 1960/68, o comércio por vias internas continua se acelerando, enquanto o por cabotagem vai perdendo significado. Infelizmente não foi possível conseguir dados de comércio por vias internas a partir de 1969, a não ser para um ano isolado e apenas para importações (1974). (Deve ainda ser ressaltado que mesmo os dados existentes devem ser examinados com bastante cuidado, porque não existe ainda forma regular de coleta desses dados. A SUDENE está presentemente desenvolvendo trabalho de pesquisa nesse sentido).

Os dados da Tabela VI mostram que, em suas relações com o resto do País, o Nordeste tem sido deficitário em todos os anos da série (o superávit para 1956 é apenas aparente, porque não está considerado o comércio por vias internas). Além disso, a magnitude desse déficit tem tendido a aumentar nos últimos anos, passando, a partir de 1967, a superar o valor das exportações.

Os dados da Tabela VI, acima referidos, podem estar viesados por vários motivos. Primeiro, porque, como já mencionado, há possibilidade de erros significativos nos dados relativos a comércio por vias internas; segundo, porque, nos dados de comércio do Nordeste com o resto do País, existe algum componente de comércio do Nordeste com o exterior do País, conforme discutido no trabalho. A magnitude dos dados referentes ao déficit do Nordeste com o resto do País não deixa dúvida de que, mesmo que fosse possível corrigir os

TABELA VI

RELAÇÕES COMERCIAIS DO NORDESTE COM O RESTO DO PAÍS

EM MILHÕES DE CRUZEIROS

Ano	Exportações			Importações			Saldo (X - M)
	Cabotagem	Vias Internas	Total	Cabotagem	Vias Internas	Total	
1948	4069	...	4069	5541	...	5541	- 1472
49	4579	...	4579	6630	...	6630	- 2051
50	5349	...	5349	7171	...	7171	- 1792
51	6843	...	6843	8298	...	8298	- 1455
52	6687	...	6687	8159	...	8159	- 1472
53	7975	...	7975	10792	...	10792	- 2817
54	10804	...	10804	12871	...	12871	- 2067
55	13495	...	13495	16477	...	16477	- 2982
56	19845	(3100)	19845	19692	...	19692	+ 153 ⁽¹⁾
57	17892	(4900)	17892	21078	...	21078	- 3186 ⁽¹⁾
58	16878	(9200)	16878	22732	...	22732	- 5854 ⁽¹⁾
59	21857	(11000)	21857	26699	...	26699	- 4842 ⁽¹⁾
60	28200	14000	42900	25300	38.600	63.900	- 21000
61	35400	30700	66100	33300	60.900	94.200	- 28100
62	44200	38500	82700	40300	116.900	157.200	- 74500
63	50500	108800	159300	32500	134.100	166.600	- 7300
64	108400	152000	260400	56200	380.400	436.600	- 176200
65	165500	225400	390900	101800	603.400	705.200	- 314300
66	184600	332000	516600	129000	999.200	1.128.200	- 611600
67	211200	474300	685500	136100	1.804.700	1.940.800	- 1255300
68	234900	713300	948200	189300	3.455.900	3.645.200	- 2697000
69	340575	-	-	241894	-	-	-
70	269264	-	-	205888	-	-	-
71	-	-	-	-	-	-	-
72	-	-	-	-	-	-	-
73	-	-	-	-	-	-	-
74	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: 1948-56: GTDN (não cita fonte original).

1957-59: W. Baer, op. cit. (Cita como fonte: GTDN e Relatório do Banco do Brasil - Dados de Comércio por Cabotagem).

David E. Goodman e Roberto Cavalcante de Albuquerque, "Incentivos à Industrialização e Desenvolvimento do Nordeste", IPEA, RP no. 20 - Dados de Exportações por Vias Internas (Cita como fontes: SUDENE, A.T.; FGV/IBRE/CCN).

1960-68: Goodman e Albuquerque, op. cit. (Cita como fonte: SUDENE-AT, FGV/IBRE/CCN).

1969-70: Manual de Estatísticas Básicas do Nordeste-MEB (BNB/ETENE).

NOTA: (1) Exclui os dados de Exportações por vias internas.

dados da Tabela VI, a existência desse déficit não poderia ser negada. Na verdade, esse déficit pode ser visto a olho nu, quando se observa o funcionamento das relações comerciais entre o Nordeste e o Sudeste do País. Em termos físicos, o volume de mercadorias transportadas do Sudeste para o Nordeste é maior do que no sentido contrário, o que se reflete no diferencial de fretes cobrados nas duas direções.

Importância do Comércio na Economia Regional

Viu-se acima como evoluiu o Comércio do Nordeste com o Exterior e com o resto do País. Qual a importância desse comércio para a Região? A Tabela VII mostra a relação entre o valor das exportações e o produto interno da Região (calculada por Goodman e Albuquerque)⁽⁵⁾, no período 1948 a 1967. Infelizmente não se pôde trazer esses dados até um ano mais recente. Os dados da Tabela VII mostram que o setor exportação vem progressivamente reduzindo sua importância na economia regional. Com efeito, em 1948 o total de exportações representava 31% do PIL, caindo essa participação para 16% em 1967. É possível que, em anos mais recentes, esse coeficiente tenha aumentado um pouco, em resultado do excelente desempenho das exportações nordestinas para o exterior, nos últimos anos (ver Tabela V).

Tem-se, então, uma situação em que o comércio vem perdendo importância e, ainda assim, a renda interna vem crescendo. Isso parece indicar que o comércio da Região não é o fator mais importante na determinação do crescimento de sua economia, como seria o esperado em teorias de desenvolvimento tipo "base de exportação". Com efeito, o comércio da Região com o exterior pouco variou entre 1948 e 1965 (como de resto o do Brasil com o exterior), e ainda assim a Região cresceu. É possível que as ligações de comércio com o resto do País sejam mais significativas, mas, como mostra a Tabela VII, as exportações para o resto do País também vêm caindo, em relação ao produto interno da Região. Isso parece sugerir um estudo mais aprofundado sobre a determinação das causas do crescimento da economia do Nordeste nos últimos 30 anos. Embora não se possa descartar o papel do comércio exterior da Região, não se tem evidência de que seu papel tenha sido especialmente dinâmico em relação ao crescimento da economia regional.

Uma pergunta adicional que interessaria ver respondida é: até que ponto o balanço de pagamentos da Região representa uma restrição ao crescimento?

⁽⁵⁾ Goodman e Albuquerque, op. cit.

TABELA VII

COEFICIENTES DAS EXPORTAÇÕES

Ano	X ₁	X ₂	X
1948	14,6	16,1	30,7
49	8,8	16,1	24,9
50	9,8	15,3	24,8
51	9,6	17,5	27,1
52	4,6	14,6	19,2
53	8,7	13,5	22,2
54	10,3	15,5	25,8
55	11,7	15,7	27,4
56	6,9	20,0	26,9
57	7,9	14,1	22,0
58	9,5	14,5	24,0
59	8,8	12,6	21,4
60	10,1	12,4	22,5
61	11,9	13,6	25,5
62	8,0	9,7	17,7
63	8,9	10,7	19,6
64	7,9	8,9	16,8
65	8,3	8,3	16,6
66	9,4	8,4	17,8
67	8,1	7,8	15,9

Fonte: Goodman e Albuquerque, op. cit. p. 23.

Nota: Valor das Exportações; $\frac{X_1}{PIL}$ $\frac{X_2}{PIL}$ $\frac{X}{PIL}$

X₁ = exportação para o exterior;
 X₂ = exportação para o resto do País;
 X = Total.

Se o Nordeste fosse uma unidade política autônoma, embora transacionando com duas moedas internacionais (no caso, o dólar e o cruzeiro), ter-se-ia de ver a magnitude do déficit ou superávit total da Região. Em outras palavras, ter-se-ia de verificar até que ponto o déficit nas relações com o resto do país é ou não compensado com o superávit com o resto do mundo. A Tabela XI mostra que, embora tenha havido um superávit total bastante significativo na década dos cinquenta, a tendência, a partir de 1964, é no sentido de um déficit total crescente, coincidindo com a política de intensificação da industrialização da Região. Infelizmente, não se dispõem de dados de comércio interno (cabotagem e vias internas), para anos mais recentes, para se poder conhecer o déficit com o resto do País nesses anos. Dado o excelente desempenho das exportações nordestinas para o exterior do País, que elevaram bastante o superávit de divisas no período 72/74, é possível que o déficit total se tenha reduzido e, talvez, até tenha havido superávit total. A tendência de déficit, no entanto, talvez predomine, em face da queda nas exportações de açúcar. Apesar deste fato, outros itens de exportação vêm-se comportando de maneira bastante satisfatória, elevando o nível das exportações para o exterior. Sob esse aspecto, seria de esperar-se que o déficit total do comércio externo da Região Nordeste não assumisse proporções alarmantes, no caso em que esta fosse uma unidade política separada.

O tipo de análise acima é bastante simplista, porque não considera as diferenças que forçosamente ocorreriam no comércio externo da Região, em termos de tratamento do sistema cambial, fosse esta uma unidade independente. O assunto é polêmico, embora autores como Leff acreditem que a Região lucraria com isso (em termos puramente de comércio)⁽⁶⁾. Considerando-se que a taxa cruzeiros por dólar de modo geral esteve valorizada, pode-se supor que uma possível "taxa de equilíbrio" para o Nordeste estaria bem acima dos valores prevalecentes para o Brasil, no período sob análise, ou seja, uma maior quantidade de cruzeiros poderia ser adquirida com o mesmo superávit no balanço com o exterior, reduzindo ainda mais o déficit total do balanço comercial do Nordeste.

A análise acima é ainda mais simplista por não considerar os fluxos de capitais existentes entre as regiões e o exterior. No caso de duas regiões de um mesmo país, havendo união monetária e união aduaneira, os fluxos inter-regionais de capitais não são restringidos pela eventual ocorrência de déficits prolongados na balança comercial. Não há restrição aparente para que o Ba-

(6) Ver e.g.: Nathanael Leff, "Desenvolvimento Econômico e Desigualdade Regional: Origem do Caso Brasileiro", RBE, jan/março/72.

lanço de Pagamentos de uma região, em relação a outra região de um mesmo país, possa ser deficitário por longos períodos de tempo. A quantificação desses fluxos, no entanto, se torna extremamente difícil pela falta de registros. No caso do Nordeste, com relação ao resto do País, identifica-se a existência de um fluxo de capitais oriundos do setor público, cuja estimativa é passível de ser obtida, e que parece ser favorável à Região no sentido de que as entradas de recursos superam as saídas. Existe um fluxo via setor privado, cuja estimativa é extremamente difícil pela inexistência de registros, havendo no entanto indicações grosseiras de que as saídas de recursos da Região superam as entradas. Não faz parte do presente trabalho, todavia, aprofundar a análise deste assunto.

RELAÇÕES TRIANGULARES NO COMÉRCIO REGIONAL

Viu-se acima como ocorrem as relações comerciais do Nordeste com o resto do País e com o exterior do País. Do ponto de vista do Nordeste, é realizado um superávit em divisas externas no seu comércio com o exterior do País, ao mesmo tempo em que, nas relações com o resto do País, se realiza um déficit. Como o resto do País incorre em déficit em suas relações com o Exterior, na prática o que ocorre é uma transferência de divisas geradas no Nordeste para serem utilizadas pelo resto do País. Por sua vez, o resto do País utiliza essas divisas para adquirir sobretudo bens de capital e bens intermediários destinados ao programa de substituição de importações, para o que também conta com proteção tarifária efetiva. Dessa forma, o Nordeste fica impedido de adquirir bens do exterior e é levado a adquirir bens da indústria do resto do País que, por força da proteção tarifária, lhe são ofertados a preços superiores aos prevalecentes no mercado externo. Ao mesmo tempo o Nordeste se constitui em importante mercado para as indústrias que se instalam no resto do País.

Na prática, isso implica uma efetiva transferência de recursos da Região Nordeste para o resto do País, via mecanismo cambial. Aqui, analisa-se o problema do ponto de vista de relações inter-regionais; a rigor, a análise é a mesma, quando se trata o problema sob o ângulo das relações inter-setoriais, como é o caso, no Brasil, da Agricultura e da Indústria.

Essa transferência de recursos pode efetivamente ser estimada. A idéia é bastante simples e foi realizada pela primeira vez, para o Nordeste *versus* Resto do País, pelo GTDN. (Na verdade, o resto do País considerado neste trabalho é basicamente a Região Centro-Sul, que concentra o grosso das relações

comerciais do Nordeste dentro do País, e para a qual melhor se aplicam as análises aqui desenvolvidas). A idéia é a seguinte:

Índice de Poder de Compra da Região Nordeste no Resto do País

Dado um superávit na balança comercial da Região com o exterior do País, pode esse superávit ser utilizado em compras de bens e serviços oriundos do exterior, ao nível de preços P_m (em divisas externas), ou pode ser utilizado em compras do resto do País, a um nível de preços P (em cruzeiros). No primeiro caso, as importações do exterior são pagas diretamente com as divisas oriundas do superávit. No segundo caso, há que transformar as divisas em cruzeiros, a uma taxa de câmbio t . Tem-se então que:

P = Índice de Preços Interno (no caso, o índice geral de preços por atacado).

P_m = Índice de Preços das Importações do Exterior (em dólares).

t = Taxa de Câmbio (cruzeiros por dólar).

Tem-se:

$P_m.t$ = Índice, em cruzeiros, do valor das divisas externas, à taxa de câmbio t .

$(P_m.t)/P$ = Relação entre o índice de valor em cruzeiros das divisas e o índice de preços internos (Índice do Poder de Compra da Região no Resto do País). O índice resultante dessa relação fornece uma medida dos ganhos ou perdas para uma Região, quando, deixando de utilizar suas divisas em importações do exterior, o faz em importações do resto do País.

Para o caso do Nordeste, a primeira tentativa de realizar essa medida foi feita pelo GTDN, sob a coordenação de Celso Furtado, para o período 1948/56. Werner Baer atualizou a série para 1960. A coluna E da Tabela VIII mostra perda de poder aquisitivo do Nordeste, a partir de 1948, decorrente do fato de realizar importações do resto do País e não do exterior do País. Essa perda chegou a um máximo de 42% em 1954, ano a partir do qual melhoraram as condições de comércio para a Região, em consequência do que essas perdas se reduziram. O índice do GTDN foi calculado levando em conta a taxa de câmbio paga aos exportadores da Região, na hipótese de que essa taxa,

multiplicada pelo saldo de divisas estrangeiras, indicaria a renda alternativa que a Região auferiria ao deixar de utilizar essas divisas em importações do exterior. Esse índice, que parece ser o mais apropriado para a análise do fenômeno em estudo, está atualizada na coluna E da Tabela VIII⁽⁷⁾.

Observa-se que, a partir do início da década dos sessenta, o índice da coluna E mostra uma recuperação do poder de compra do Nordeste, decorrente da aplicação do saldo de divisas estrangeiras em compras do resto do País. Podem-se questionar os valores desse índice para o período a partir de 1973, quando a Região deixaria de perder e, até, estaria ganhando pelo fato de importar do resto do País. Com efeito, a construção do índice, que utiliza o índice de preços de importações (em divisas) do País, pressupõe que a estrutura de importações do Nordeste é a mesma que a do Brasil. Nos últimos anos, as importações brasileiras foram pesadamente oneradas pela elevação dos preços do petróleo. No entanto, sabe-se que a produção de petróleo no Nordeste é superior ao consumo regional; ou seja, a Região, considerada isoladamente, não é importadora líquida de petróleo. A rigor, dever-se-ia usar um índice de preços de importações do exterior que não incluísse o petróleo.

Os dados dessa Tabela precisam ser criticados. Uma das críticas que se pode fazer é quanto à escolha do ano-base. Se a taxa de câmbio prevalecente no ano-base fosse especialmente desvalorizada (no sentido de alta, isto é, de mais cruzeiros por dólar), a análise perderia muito de seu sentido. Parece não ser o caso. A taxa de câmbio vigente no ano-base da série era, na verdade, sobrevalorizada. A mesma taxa já vigorava durante a guerra, e permaneceu invariável até 1953, não obstante o nível de preços internos durante todo esse período haver crescido mais rapidamente do que o nível de preços nos Estados Unidos⁽⁸⁾.

Um tipo de consideração que se pode fazer aqui é sobre se seria possível utilizar uma taxa de câmbio "de equilíbrio". Certamente uma taxa de câmbio "de equilíbrio", do ponto de vista da Região, poderia ser mais desvalorizada do que a que vigorou no período sob análise, inclusive no ano-base. Se o Nor-

(7) Os dados de taxa de câmbio de exportação diferem ligeiramente dos do GTDN. De 1948 a 1967 utilizaram-se dados de Joel Bergsman, op. cit.; a partir de 1968, dados da Conjuntura Econômica, Abril/77. (Taxa Média Anual). Infelizmente não se encontram os dados referentes a compra de divisas pelo Banco Central. Por isso, utilizaram-se os de venda. Os resultados viesam o índice para cima, mas não de forma muito significativa, porque a diferença entre as duas taxas é mínima, no período.

(8) Ver Joel Bergsman, "Brazil - Industrialization and Trade Policies", Oxford University Press 1970, p. 27 e seguintes.

TABELA VIII
 ESTIMATIVA DO ÍNDICE DE "PODER DE COMPRA DO NORDESTE"
 EM VIRTUDE DA APLICAÇÃO DO SALDO DE DIVISAS EXTERNAS
 NO RESTO DO PAÍS

Ano	Índice de Preços de Importa- ções (US\$) Pm (A)	Índice de "taxa de câmbio de Exportação (B)	$C = (A.B)/100$	Índice de Preços por atacado (D)	$E = (C/D).100$
1948	100	100	100	100	100
49	86	100	86	105	82
50	78	100	78	108	72
51	96	100	96	130	74
52	106	100	106	147	72
53	98	122	120	169	71
54	84	147	123	213	58
55	85	224	190	252	75
56	88	244	215	307	70
57	89	288	256	352	73
58	83	355	295	403	73
59	79	620	490	575	85
60	73	870	635	756	84
61	74	1332	986	1158	85
62	75	2011	1508	1685	89
63	76	3005	2284	3087	74
64	74	6576	4866	5695	85
65	75	10185	7639	7484	102
66	77	11957	9207	10635	87
67	78	14674	11446	12890	89
68	81	18527	15007	16087	93
69	79	22152	17500	19095	92
70	81	24973	20228	22666	89
71	84	28734	24136	27471	88
72	89	32250	28702	32333	89
73	112	33293	37288	37312	100
74	163	36902	60150	48171	125
75	162	44163	71544	61562	116

Fonte: GTDN, op. cit.; BAER, op. cit.; Conjuntura Econômica (vários números, especialmente, abril/77).

deste continuasse impedido, via proteção tarifária à indústria do País, de importar do exterior, e dessa forma continuasse adquirindo produtos industriais fabricados no resto do País, ainda assim haveria transferência de recursos do Nordeste para o resto do País e, *a priori*, não se pode dizer se o montante dessa transferência seria maior ou menor do que o que foi. O Nordeste só não perderia se: a) fossem eliminados os entraves aduaneiros às importações do exterior; ou b) a indústria do resto do País fosse tão eficiente quanto a do exterior; ou c) o Nordeste tivesse condições de se beneficiar da proteção aduaneira de forma a substituir importações dentro da Região. Nenhuma dessas alternativas aconteceu. Em especial o Nordeste não teve condições de implantar o seu próprio parque industrial porque a essa altura já não tinha condições de competir com a indústria localizada na Região Sudeste.

Uma crítica mais substancial que talvez se possa fazer à Tabela VIII é que, no período considerado, tanto a economia brasileira como um todo, como a própria economia regional, sofreram modificações estruturais que tornam duvidosa a comparação, envolvendo anos relativamente distantes entre si. No entanto, o comportamento de algumas variáveis importantes parece não invalidar de todo a análise. Com efeito, a taxa cambial permaneceu relativamente valorizada durante todo o período. A indústria da Região Sudeste tem apresentado condições crescentes de eficiência, que no entanto ainda não dispensam proteção tarifária efetiva.

As considerações acima, embora lancem dúvidas sobre os valores específicos que assume o índice E da Tabela VIII (que se poderia chamar de Índice de Poder de Compra do Nordeste), não rejeitam a tendência geral assumida por esse índice, no sentido de que realmente o comércio exterior do Nordeste tem funcionado no sentido de transferir recursos para o resto do País.

Há um outro ponto que deve ser levado em conta. O índice calculado na coluna E da Tabela VIII mostra a evolução do poder de compra do saldo de divisas do Nordeste decorrente de sua aplicação no resto do País. É constituído com a comparação de três outros índices: o de importações do exterior, o da taxa de câmbio de exportação e o de preços internos, por atacado. No ano-base, esses índices são iguais. Então, o índice de "Poder de Compra do Nordeste" mostra sua evolução no período, mas nada informa sobre a situação no ano-base. Se se considera que, no ano-base, o preço de um mesmo bem seria menor se importado do exterior do que se adquirido no resto do País, então, já no ano-base o Nordeste, estaria tendo uma perda líquida de renda, uma vez que, na ausência de mecanismo tarifário, poderia importar uma quantidade maior de bens com o mesmo saldo de divisas. A hipótese de que os pre-

ços internos são superiores aos externos parece facilmente justificável. A própria existência do sistema tarifário já indica isso. Uma maneira de estimar essa perda de renda poderá ser através do exame da própria estrutura tarifária, mediante estimação da taxa efetiva de câmbio e da taxa de câmbio de equilíbrio. Pode-se admitir que tarifa efetiva represente o diferencial entre o nível de preços internos e externos.

Transferência de Recursos entre o Nordeste e o Resto do País.

Não foi possível calcular a perda da Região no ano-base. Aqui se omitirá esse problema, e se tentará calcular a transferência inter-regional de recursos levando em conta apenas a evolução do índice da coluna E, da Tabela VIII.

Se se tem dúvida sobre valores específicos do índice, seria temeroso utilizá-lo para calcular o montante de transferências realizadas. No entanto, o Grupo do GTDN fez esses cálculos para o período 1948 a 1956; no presente trabalho, atualizou-se o cálculo até 1974, com a ressalva das críticas acima feitas à construção do índice. A Tabela IX mostra que, no período entre 1948 e 1973, foram transferidos do Nordeste para o resto do País cerca de quinhentos milhões de dólares (exclusive 1974), o que dá uma média anual superior a vinte milhões de dólares⁽⁹⁾. Essa seria, grosseiramente, a cifra que o Nordeste teria economizado anualmente se, ao invés de fazer compras no sul do País, as fizesse no exterior.

(9) No ano de 1974, a Região teria tido um "ganho" de 218 milhões de dólares. Mas o índice para esse ano está fortemente viesado pela influência dos preços do petróleo, conforme discutido no texto.

CONCLUSÃO

No decorrer deste trabalho, lançaram-se várias dúvidas sobre a maneira — sobretudo sobre os dados — utilizada pelo grupo de Celso Furtado (GTDN), seguida por Werner Baer, para calcular o volume das transferências de recursos entre a Região Nordeste e o resto do Brasil, especialmente a Região Sudeste. Entre os principais problemas apresentados está o fato de que os dados de comércio com o exterior do País — tanto de importações quanto de exportações — parecem ser subestimados por não levarem em conta a parcela desse comércio que a Região Nordeste realiza através de outras regiões, quer diretamente (importação ou exportação do bem em sua forma final) quer indiretamente (importação ou exportação na forma de insumos embutidos em bens finais). É uma falha deste trabalho o fato de não se ter ido além de apontar esse defeito dos trabalhos do GTDN e de Werner Baer. Embora a estimativa desse comércio via outras regiões seja bastante difícil, em certos casos, com algum trabalho seria possível chegar a alguns resultados. Se essa estimativa fosse feita, a maneira de afetar os resultados deste trabalho quanto ao volume de transferência de recursos do Nordeste para o resto do País seria através da influência que teria no valor do superávit do Nordeste em suas relações com o Exterior do País. Quanto maior o superávit, maior seria a transferência de recursos para o resto do País. Não se têm condições de dizer *a priori* qual seria o efeito sobre o superávit do Nordeste no comércio com o exterior se essa falha fosse corrigida no presente trabalho. Se a modificação fosse no sentido de reduzir o superávit com o exterior e, portanto, reduzir o montante da transferência de recursos para o resto do País, essa redução certamente não seria suficiente para anular a transferência, desde que é razoável supor que o grosso do comércio do Nordeste com o exterior do País é realizado diretamente pela Região⁽¹⁰⁾.

Pode-se concluir, portanto, que especialmente sob o aspecto das relações triangulares do Nordeste com o resto do mundo e o resto do País, o comércio tem agido antes como inibidor do desenvolvimento do que como estimulador. É possível que uma situação de nenhum comércio com o resto do País, e em especial com a Região Sul, pudesse ter sido mais favorável à Região, no sentido de que o comércio com o exterior poderia ter sido mais esti-

(10) Segundo informação fornecida por Osmundo Rebouças, o cálculo das “importações indiretas” do Nordeste, com base nos coeficientes de importação da Matriz do IBGE, foi feito recentemente por Pedro Jorge Viana, que chegou a valores praticamente negligíveis. As “importações indiretas” do Nordeste estariam em torno de 1% das importações totais da Região (não ficou claro o conceito usado de importações totais: se do exterior, do resto do País, ou ambos).

TABELA IX
ESTIMATIVA DA "TRANSFERÊNCIA" DE RECURSOS PELO
COMÉRCIO TRIANGULAR DO NORDESTE

Ano	Saldo de Divisas (A)	Índice de Poder de Compra do Saldo (1948 = 100) (B)	Poder de Compra Utilizado (A.B/100 = D)	"Transferência" de Recursos F = A-D
1948	105	100	105	—
49	33	82	27	6
50	87	72	63	24
51	31	74	23	8
52	—	72	—	—
53	75	71	53	22
54	148	58	86	62
55	153	75	115	38
56	66	70	46	20
57	80	73	58	22
58	152	73	111	41
59	137	85	116	21
60	163	84	137	26
61	181	85	154	27
62	122	89	109	13
63	168	74	124	44
64	120	85	102	18
65	136	102	139	— 3
66	163	87	142	21
67	158	89	141	17
68	157	93	146	11
69	297	92	273	24
70	237	89	211	26
71	193	88	170	23
72	311	89	277	34
73	383	100	383	0
74	873	125	1.091	— 218

Fonte: Tabelas V e VIII.

TABELA X
BRASIL: BALANÇO DE PAGAMENTOS US\$ MILHÕES

Ano	Exportações X (FOB)	Importações M (FOB)	Balanço Comercial (X-M)	Balanço Transações Correntes	Balanço Pagamentos
1947	1.157	- 1.027	130	- 151	- 182
48	1.183	905	278	- 2	- 24
49	1.100	947	153	- 82	- 74
50	1.359	934	425	140	52
51	1.771	1.703	68	- 403	- 291
52	1.416	1.702	- 286	- 624	- 615
53	1.540	1.116	424	55	16
54	1.558	1.410	148	- 195	- 203
55	1.419	1.099	320	2	17
56	1.483	1.046	437	57	194
57	1.392	1.385	107	- 264	- 180
58	1.244	1.179	65	- 248	- 253
59	1.282	1.210	72	- 311	- 154
60	1.270	1.293	- 23	- 478	- 410
61	1.405	1.292	113	- 222	115
62	1.215	1.304	- 89	- 389	- 346
63	1.406	1.294	112	- 114	- 244
64	1.430	1.086	344	140	4
65	1.596	941	655	368	331
66	1.741	1.303	438	54	153
67	1.654	1.441	213	- 237	- 245
68	1.881	1.855	26	- 508	32
69	2.311	1.993	318	- 281	549
70	2.739	2.507	232	- 562	545
71	2.904	3.245	- 341	- 1.307	530
72	3.991	4.235	- 244	- 1.489	2.439
73	6.199	6.192	- 7	- 1.688	2.179
74	7.951	12.641	- 4.690	- 7.122	- 936
75	8.855	12.169	- 3.514	- 6.920	- 1.095

Fonte: 1947-70: Boletim Banco Central, fev/72

1971-75: M.H. Simonsen, "Problemas de Balanço de Pagamentos em Países em Desenvolvimento" (mimeo), abril/76 (dados originais do Balanço de Pagamento do Brasil, Banco Central).

Conceito

X

M

Balanço Comercial

+ Balanço Serviços

- Transferências

B. Transações Correntes

+ B. Capitais

+ erros e omissões

Bal. Pagamentos

mulado e/ou o processo de industrialização do Nordeste poderia ter sido deflagrado. O perigo das afirmações contidas nos dois últimos períodos é que elas se baseiam em noções de equilíbrio parcial, ou seja, deixam de considerar outras variáveis do sistema econômico da Região e do País que possam agir em sentido contrário ao indicado e, em especial, que possam mostrar as vantagens do comércio com o resto do País, que aqui foram desconsideradas (por exemplo, o mercado para exportações de matérias-primas do Nordeste, a preços mais regulares que os preços do exterior e, às vezes, com proteção alfandegária). Isso mostra a necessidade de que o assunto seja estudado dentro de um contexto mais amplo do que o acima colocado.

Abstract: This article is devoted to study the problem of Trade and Economic Development of a Particular Region within a Country. The main objective is to find some empirical evidence that would confirm or not some theoretical issues in regional economics about the existence of positive correlation between Trade & Development. It is discussed the economic relationships existing among Northeast-Rest of the Country-Rest of world and their possible effects upon the economic development rate of the Region. In this study, the Author discusses the contribution in this field of GTDN's pioneer work, called "Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste" which is, in fact, Celso Furtado's point of view. Werner Baer's study "A Industrialização e Desenvolvimento Econômico do Brasil" is also discussed. Although the main argument follows the GTDN's approach, the author discusses and criticizes such a position and works with time series data for the period 1948-1975.

TABELA XI

NORDESTE: RESULTADO "TOTAL" DA BALANÇA COMERCIAL

Ano	(Milhões) Superávit com Resto do Mundo (A)	Tx. Câmbio Cr\$/US\$ ⁽¹⁾ (B)	Cr\$ Mil C = A.B	(Cr\$ Mil) Déficit com Resto do País	Superávit Déficit Total E = C - D
1948	105	0,0187	1.960	- 1.472	+ 488
49	33	0,0187	620	- 2.051	- 1.431
50	87	0,0187	1.630	- 1.792	- 162
51	31	0,0187	580	- 1.455	- 875
52	- 58	0,0186	- 1.080	- 1.472	- 2.552
53	75	0,0429	3.220	- 2.817	+ 403
54	148	0,0624	9.240	- 2.067	+ 7.173
55	153	0,0986	15.090	- 2.982	+ 12.108
56	66	0,112	7.390	+ 153	+ 7.543
57	80	0,0872	6.960	- 3.186	+ 3.774
58	152	0,166	25.230	- 5.854	+ 19.376
59	137	0,221	30.280	- 4.842	+ 25.438
60	163	0,229	37.330	- 21.000	+ 16.330
61	181	0,279	50.500	- 28.100	+ 22.400
62	122	0,387	47.210	- 74.500	- 27.290
63	168	0,617	103.660	- 7.300	96.360
64	120	1,234	148.080	- 176.200	- 28.120
65	136	1,893	257.450	- 314.300	- 56.850
66	163	2,220	361.860	- 611.600	- 249.740
67	158	2,663	420.750	- 1.255.300	- 834.550
68	157	3,409	535.210	- 2.697.000	- 2.161.790
69	297	4,076	1.210.570	-	-
70	237	4,595	1.078.350	-	-
71	193	5,287	1.020.390	-	-
72	311	5,934	1.845.470	-	-
73	383	6,126	2.346.260	-	-
74	873	6,790	5.927.670	-	-

(1) Dados da Conjuntura Econômica, nov/72 e abr/77.

TABELA XII
TAXA DE CÂMBIO DE EXPORTAÇÃO

Ano	Cr\$ / US\$	
	Taxa Câmbio	Índice
1948	0,0184	100
49	0,0184	100
50	0,0184	100
51	0,0184	100
52	0,0184	100
53	0,0225	122
54	0,0270	147
55	0,0413	224
56	0,0449	244
57	0,0530	288
58	0,0654	355
59	0,114	620
60	0,160	870
61	0,245	1332
62	0,370	2011
63	0,553	3005
64	1,210	6576
65	1,874	10185
66	2,200	11957
67	2,700	14674
68	3,409	18527
69	4,076	22152
70	4,595	24973
71	5,287	28734
72	5,934	32250
73	6,126	33293
74	6,790	36902
75	8,126	44163
76	10,670	57989

Fonte: JOEL BERGSMAN, op. cit.

Conj. Econômica, abril/77 – 1968 em diante.

TABELA XIII

SUPERÁVIT DO RESTO DO BRASIL NO COMÉRCIO

COM O NORDESTE

(Em US\$ DÓLARES)

Ano	X – M Mil (–)	Taxa Câmbio	Mil US\$
1960	21.000	0,1896	110.759
1961	28.100	0,2723	103.195
1962	74.500	0,3877	192.559
1963	7.300	0,5770	12.651
1964	176.200	1,2711	138.620
1965	314.300	1,8914	166.173
1966	611.600	2,2163	275.955
1967	1.255.300	2,6622	471.527
1968	2.697.000	3,3938	794.684

FONTE: Tabela VI e Joel Bergsman, op. cit.

